

O País sem orçamento

Aparentemente, pode a Nação se jubar-sé: o governo inicia o Exercício de 1990 sem orçamento — que o impede de gastar. Com efeito, ainda que o Congresso tivesse votado a Lei de Meios, dificuldades técnicas, resultantes do aluvião de emendas apresentado no final do ano passado, ainda não permitiram a elaboração de um texto completo a ser submetido à sanção do presidente da República. Assim, uma postergação dos desembolsos do governo federal seria, neste período do ano, uma solução ideal. No entanto, a realidade é um pouco diversa, o que retira dos entraves técnicos o papel que deles se poderia esperar...

Na ausência de um orçamento sancionado, não dispõe o Planalto as condições legais para liberar recursos. Naturalmente, pode-se prever que logo a Lei de Meios chegará ao presidente, mas, ainda assim, alguns dias terão sido gastos, o que frente a atual taxa de inflação, representa economia nada desprezível. Isso deveria permitir ao governo suspender provisoriamente a emissão de títulos, isto é, atenuar os juros que secaem sobre a dívida interna.

Todavia, certos fatos levam à

situação bem diferente. Efetivamente, ainda que não possa liberar recursos do orçamento de 1990, pode e deve o governo solver os restos a pagar do exercício de 1989, os quais, somente para janeiro, somam mais de 10 bilhões de cruzados novos. Deste modo, não se deve esperar que o atraso do Congresso possa exercer qualquer efeito positivo quanto aos dispêndios do governo.

No presente momento, as autoridades fazendárias estão procurando fazer as contas do exercício de 1989 com certa ansiedade. Os resultados para esse ano relativos ao déficit operacional (do qual se deduzem os gastos decorrentes das correções cambial e monetária), somente serão conhecidos uma vez calculada a taxa de inflação (IPC) de janeiro, que servirá de deflator. Sabe-se porém, desde já, que o governo Sarney malogrou totalmente nas suas tentativas de controle do déficit de 1989, a constituir certamente, no conceito operacional, um dos maiores da História do País. Inicialmente, previra-se um déficit operacional equivalente a 3,9% do PIB. Malgrado um crescimento do PIB superior ao que era

previsto (deve ser de 2,8% ou 3%), o déficit operacional não deverá ser inferior a 6% e, seguramente, quando se fecharem as contas das estatais, poderá ultrapassar esse valor.

Três fatores contribuíram para o estouro, que se concentrou nos dois últimos meses do ano: o primeiro foi o pagamento do funcionalismo diante das exigências da Justiça do Trabalho, que está exigindo a recuperação das perdas provocadas pelos Planos Bresser e Verão. O presidente da República não se esforçou para que, pelo menos, tal recuperação fosse diluída num longo período. O segundo fator foi a aplicação da Carta Magna, que transferiu parte importante das receitas da União aos estados e municípios, enquanto a própria inflação (efeito Tanzi) se encarregava de reduzir o montante das receitas. No entanto, o fator mais importante foi mesmo a elevação das taxas de juros sobre uma dívida interna crescente, que se tornou necessária para que, de um lado, se conseguisse colocar os títulos da União, evitando-se, por outro, que o público utilizasse o excesso de liquidez em ouro ou dólar no black. Há que reconhecer que se não tivesse havido a neces-

sidade de emitir tal volume de títulos para cobrir o déficit público o impacto do serviço dessa dívida teria sido muito menor.

Não devemos, no entanto, ficar impressionados com o déficit de 1989: seu montante apenas mostra que o FMI tinha alguma razão ao sustar um acordo com o Brasil, por não poder este atender às suas exigências ligadas à questão mais essencial: o déficit público. O que deve preocupar, na verdade, é o orçamento de 1990. Efetivamente, ninguém pode calcular hoje as dimensões do déficit público, porquanto tal cálculo depende essencialmente da taxa de inflação e da política que o novo governo tentará imprimir, a partir de 15 de março à nossa economia. É evidente que uma vez eliminado o maior fator de desequilíbrio — o pagamento de juros sobre a dívida interna — poder-se-ia chegar a uma situação confortável. Mas, hoje, podemos mostrar-nos preocupados diante de um orçamento que ainda nem sequer chegou às mãos do presidente, e que, ainda que não se leve em conta o pagamento de juros elevados, já nasce apresentando grande desequilíbrio.